



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1981

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 87.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Cotrim e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 72/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 20 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de TOLEDO, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 73/81.

Sr. Presidente.

Tenho honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CLEVELÂNDIA e COLORADO, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nas sedes dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 74/81.

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados em 20 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de CORNÉLIO PROCÓPIO e PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex.ª os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 75/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras destinadas ao combate da erosão urbana:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Cambira	17/07/81
Planaltina do Paraná	17/07/81
São João do Caiuá	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 76/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo de convênio celebrado em 23 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

—Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 77/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Apucarana	10/07/81
Assis Chateaubriand	22/07/81
Jandaia do Sul	10/07/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 78/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado do Planejamento, da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto Federal n.º 83.436, de 10 de maio de 1979.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

—Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 79/81

Curitiba, 10 de agosto de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os municípios adiante mencionados, objetivando co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Alto Piquiri	02/04/81
Assis Chateaubriand	10/04/81
Iguaraçu	18/03/81
São João do Triunfo	22/05/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

—Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em nossa Capital, do Dr. RUY LOBO REGNIER BARROZO.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora MARIA RAMOS BARROZO, viúva, residente na Rua Visconde de Nacar n.º 1200, ap. 25.

O extinto ocupava funções de Assessor da Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor OSCAR DURSKI SILVA.

O extinto era membro de tradicional família de Prudentópolis, sendo irmão do procer político daquele município, DR. RAUL DURSKI SILVA.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um

voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido em nossa Capital, da Senhora EDELTRUDES DACHEUX PEREIRA.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através do Dr. REINALDO DACHEUX PEREIRA, residente na Rua Amintas de Barros n.º 757, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvida a Casa, seja encaminhado ao General OZIEL DE ALMEIDA, DD. Presidente do CNP — Conselho Nacional do Petróleo, expediente solicitando o congelamento do preço do GLP, gás liquefeito de petróleo, até o final de 1981, beneficiando com isso uma enorme faixa de brasileiros e, favorecendo o equilíbrio do orçamento de milhares de famílias.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

JUSTIFICATIVA:

Segundo publicações técnicas, sabe-se que o gás liquefeito de petróleo, significa apenas 1,2% do volume total de subprodutos extraídos do petróleo.

Sabe-se também que os principais fornecedores de petróleo ao Brasil, membros da OPEP., decidiram não alterar o preço do petróleo até o final deste exercício, numa demonstração clara e inequívoca de que, os países consumidores de petróleo não têm condições de absorver o alto custo dominante.

O povo brasileiro, principalmente aqueles de pequeno poder aquisitivo, também já não mais têm condições de absorver os altos custos dos produtos alimentícios, vestuário, transporte, entre outros.

Seguindo exemplo dos países da OPEP, o Governo brasileiro através do Conselho Nacional do Petróleo, poderá transferir aos demais subprodutos do petróleo o custo diferencial da taxa cambial incidente sobre o GLP e beneficiar com isso o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim, inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Temos visto, ouvido e lido muito, a respeito da prioridade do Governo de combater a inflação.

Temos sentido a cada dia, que esta prioridade de combate à inflação é tomada em todos os níveis da economia nacional, com corte de recursos a empresas, com cortes de programas destinados à agricultura, com corte de despesas de toda ordem.

Temos visto, ouvido e assistido também, alguns Srs. Deputados Federais, alguns Ministros da área econômica, falado sobre a cesta de alimentos subsidiada ao consumidor de baixo poder aquisitivo.

Temos assistido a todo dia, no entanto, a alta do custo de vida para todos os brasileiros. E não obstante todas estas medidas anunciadas e divulgadas ocorre a toda semana, a todo dia. E vemos que nesta semana novo aumento de gasolina já está previsto para o próximo mês de setembro. E naturalmente, todos os derivados de petróleo aumentarão junto com o aumento da gasolina, previsto para o mês de setembro.

Achamos que se o Governo realmente está interessado no combate à inflação, se realmente está interessado em oferecer aos consumidores de baixo poder aquisitivo, uma melhora na

sua condição de vida, poderia daqui até o final deste ano, congelar o preço do gás liquefeito de petróleo, que representa tão somente, 1,2% do volume dos produtos extraídos do petróleo.

Isso, embora pareça insignificante perante a bolsa do consumidor de baixo poder aquisitivo, ele é representativo. Porque sabemos que a grande massa da população que habita nas cidades hoje, toda ela consome gás liquefeito de petróleo.

Neste sentido, Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa um requerimento subscrito por este Deputado, que requer que seja encaminhado ao General Oziel de Almeida, DD. Presidente do CNP — Conselho Nacional do Petróleo, expediente solicitando o congelamento do preço do gás liquefeito de petróleo, até o final de 1981, beneficiando com isso uma enorme faixa de brasileiros e favorecendo o equilíbrio do orçamento de milhares de famílias.

Insignificante será a arrecadação a mais de 1,2% do volume dos subprodutos extraídos do petróleo. No entanto, será significativo para a dona de casa, para o trabalhador, o benefício que esse congelamento possa trazer.

Era o que eu desejava expor e apresentar com esse requerimento encaminhado à Mesa, Sr. Presidente. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última quinta-feira, o Deputado Nestor Baptista ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa, a fim de pedir a transcrição nos Anais desta Casa, de um discurso pronunciado pelo Vereador Massami Takayama, do PMDB de Paranaguá, na terça-feira da semana passada.

O Deputado Nestor Baptista limitou-se a ler trechos do discurso do Vereador Massami Takayama e talvez por questões de ética, tivesse omitido um trecho que diz respeito a minha pessoa e a minha integridade.

Depois de o Deputado ler trechos do pronunciamento do Vereador Massami Takayama, no qual ele acusava seriamente o Superintendente dos Portos de Paranaguá, que no entender do vereador era racista, e não queria receber o Presidente da Associação, não confundir com sindicato; Associação dos Amarradores de Paranaguá, esses operários são os que fazem a amarração em terra, dos navios que encostam no cais e necessitam de alguém que em terra possa amarrar os cabos em pilastras para segurar o navio, a fim de que ele possa operar.

E dizia o Vereador Massami Takayama, que o Sr. Diretor dos Portos negligenciando o exorbitando de suas funções não queria atender sequer o Presidente daquela Associação que defendia os interesses de sua classe.

O discurso do Vereador Massami Takayama, lido pelo Deputado Nestor Baptista, mais ou menos nestes termos - e repito outra vez, por questão de ética, o Deputado não leu o trecho que eu vou ler, do discurso do Vereador Massami Takayama. Porque o Vereador dizia que o Diretor dos Portos não queria desvestir um santo para vestir outro, ou vice-versa. E esse santo, no entender do Vereador Massami Takayama, é uma empresa do meu filho que opera em Paranaguá.

Diz o seguinte o trecho que o Deputado não leu: "E esse "santo" que o Sr. Superintendente dos Portos de Paranaguá" não quer desvestir é o Deputado Nelson Buffara, que, por intermédio de firmas de seu filho, explora o serviço de amarração de navios, tirando o trabalho de uma Associação devidamente constituída e reconhecida pelos órgãos competentes. Esse "santo", que os Senhores têm tanto cuidado, e que por isso nega trabalho à classe trabalhadora, certamente será quebrado em novembro de 82, quando o povo irá massacrá-lo nas urnas"

Esse "santo", sou eu, naturalmente.

Mente o Vereador Massami Takayama, como mentido tem, insistentemente, em Paranaguá. Ele, por razões que desconheço, tem ódio mortal de mim, não gosta de mim. Tanto é que, na última eleição, nada havia que justificasse ele não trabalhar para mim. Trabalhou para Ítalo Tanaka, a pretexto de que era um candidato a Deputado da Colônia dele, e não haviam outras razões que motivassem o Vereador a agir, como sempre agiu, contrariamente a meus interesses em política.

Tudo bem.

Respeito a opinião do Vereador, tudo certo. Mas, o que ele não pode é mentir e fazer como fez, já em abril deste mesmo ano, encaminhando assunto exatamente igual ao do Deputado Maurício Fruet, que, em 15 de maio, recebeu do Porto a seguinte resposta: (este expediente foi encaminhado à Câmara dos Deputados por solicitação feita pelo Deputado Maurício Fruet).

Antes, eu acho que, - para que os Srs. Deputados possam se aperceber da gravidade da situação criada por aquele Vereador, e da irresponsabilidade desse Vereador, que, para mim, é um doente, é um desequilibrado mental, - antes eu me permito ler o discurso do Deputado Federal Maurício Fruet, feito em abril deste ano. (Lê):

O SR. MAURÍCIO FRUET PMDB — PR) Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque creio que as vozes ouvidas neste plenário chegam mais longe do que aquelas ouvidas em assembleias políticas municipais, não apenas só por isso, mas sobretudo por ser um ato de justiça e de solidariedade a que não posso faltar, quero fazer ecoar daqui o discurso com que o combativo Vereador Massami Takayama defendeu os direitos dos trabalhadores do porto de Paranaguá e de Antonina.

Dirigindo-se aos seus companheiros da Câmara Municipal de Paranaguá, mas de fato endereçando um apelo ao Governo Federal, o Vereador Massami Takayama pôs em relevo as injustiças que estão sendo perpetradas contra os amarradores de navios e sua associação de classe, pelo Superintendente dos portos de meu Estado.

Em verdade, essa autoridade vem marginalizando uma categoria profissional devidamente constituída e reconhecida pelos órgãos competentes, favorecendo pessoas estranhas ao serviço.

De fato, os trabalhos próprios dos amarradores estão sendo realizados por leigos, havendo, inclusive, risco de vida para os trabalhadores que exercem ilegalmente tais atividades.

Não é admissível, na realidade, que trabalhadores especializados e uma entidade de classe constituída com amparo legal sejam excluídos dos trabalhos marítimos que lhes são próprios, em favor de pessoas não qualificadas por simples e pessoal decisão do Superintendente do Porto.

Por esse motivo, fazendo nossas as justas palavras do Vereador Massami Takayama, dirigimos nosso mais veemente apelo aos Ministérios dos Transportes e do Trabalho, no sentido de que a irregular decisão, aqui reportada, seja cancelada e possam novamente exercer suas funções os amarradores de navios do porto de Paranaguá e Antonina.

Senhor Inspetor Fiscal.

Em atenção ao despacho exarado acima, fornecemos a Vossa Excelência os esclarecimentos que julgamos necessários:

Esta Administração, em 09 de abril de 81, prestou à Câmara Municipal de Paranaguá, em virtude de pronunciamento do Vereador Massami Takayama, a propósito de uma recém criada Associação dos Amarradores, as seguintes informações.

"Historicamente, desde que o Porto de Paranaguá se organizou como terminal, seu Quadro de Pessoal tem incluído a categoria de Amarradores. O Quadro Permanente em vigor, aprovado pelo Governo Federal em cumprimento à Lei n.º

4.860/65, inclui da mesma forma essa categoria.

São servidores da melhor qualidade, que prestam com eficiência esse tipo de serviço, sem que tenha havido até agora, qualquer problema de natureza técnica que trouxesse prejuízo à operação ou que provocasse insatisfação junto às Agências de Navegação, afretadores de navios, armadores, etc.

Achamos, no entanto, lícito que se formem Associações de Classe e até mesmo Sindicatos e estes reivindiquem em favor de seus associados como é feito agora, através do Vereador Massami Takayama. Ocorre que tal posição da APPA se fundamenta como já foi dito - no fato de possuímos pessoal treinado e inexistir no momento, perspectivas para a ampliação do Quadro e aproveitamento dos interessados.

Fizesse esta Superintendência o que, com veemência, pretende o ilustre Vereador, a APPA estaria "vestindo um santo para desvestir outro..."

Estas as considerações que fizemos à egrégia Câmara Municipal de Paranaguá. Todavia, o pronunciamento do Vereador Massami Takayama provocou desdobramentos e o consequente discurso do Deputado Maurício Fruet na Câmara Federal.

A propósito, cabe-nos complementar o que foi dito sobre o assunto com os seguintes pontos:

1. as pessoas que formam a Associação dos Amarradores (não confundir com Sindicato) não são trabalhadores do Porto. É, evidentemente, um grupo que pretende trabalhar na faixa portuária, na condição de amarradores de navios. Na verdade eles não estão sendo marginalizados porque nunca trabalharam em nosso terminal, nessa condição.
2. Com toda certeza, como foi informado ao Vereador Massami Takayama, especializados são os empregados da APPA que ao longo dos anos realizam com toda a segurança as tarefas sob sua responsabilidade, não se conhecendo nos quase 50 anos do Porto de Paranaguá, qualquer acidente em decorrência da inexperiência ou ineficiência.

Esse pessoal está devidamente integrado ao Quadro Permanente de Empregados desta Autarquia. Leigos - conforme afirma o ilustre Deputado Maurício Fruet - seriam os que ora reivindicam serviços de amarração de navios.

Todo o procedimento desta Superintendência é calçado num instrumento que é dado à APPA pelo Governo do Estado como Concessionário e pelo Governo Federal, através da PORTOBRÁS.

Esse instrumento é, na verdade, o Quadro de Pessoal, com todas as suas Séries de Classes e categorias funcionais. Nenhuma atitude é tomada à revelia desse instrumento.

Por conseguinte, a afirmação de "simples decisão pessoal" não confere com a verdade dos fatos.

Na expectativa de termos esclarecido satisfatoriamente os fatos, renovamos a Vossa Senhoria nossas atenciosas saudações.

LUIZ ANTÔNIO AMATUZZI DE PINHO
Superintendente.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA PARLAMENTAR

PAP. n.º 186/AP/MT

Brasília, 07 de maio de 1981.

Senhor CHEFE DE GABINETE DA PORTOBRÁS

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhoria para, em atenção ao discurso do DEPUTADO MAURÍCIO FRUET/PMDB/PR. publicado no DCN-I n.º 033 de 24.04.81, pág. n.º 2423/4, solicitar a fineza de informar a esta Assessoria Parlamentar, com a maior brevidade possível, em expediente de 3 vias, os esclarecimentos necessários

a fim de se providenciar a pronta resposta ao referido Parlamentar.

Para facilitar o pronunciamento desse Órgão, encaminho, em anexo, cópia do citado discurso.

Para facilitar o pronunciamento desse Órgão, encaminho, em anexo, cópia do citado discurso.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e consideração.

ESTEVAM AUGUSTO SANTOS PEREIRA

Assessor Parlamentar do
Ministro dos Transportes"

O SR. NELSON BUFFARA — Muito bem.

Depois de ter sido esclarecido suficientemente, o Vereador, não satisfeito e para criar celeuma comigo, um caso pessoal que ele tem comigo, inclusive ele me acusa injustamente.

Jamais, um dos homens da empresa do meu filho fez qualquer tipo de amarração por porto, como ele acusa no pronunciamento enviado ao Deputado Nestor Baptista.

Ele, eu repito, é um doente mental! E, em assim sendo, ele tem uma mágoa profunda deste Deputado que, modestamente, ao longo de 30 anos vem fazendo política em Paranaguá; ele foi Vereador menos votado - o que não é desdouro, não é demérito nenhum - mas, a grande mágoa dele é que, apesar de ter abraçado a causa, a candidatura do candidato a Deputado Estadual Ítalo Tanaka, não fez, em Paranaguá, mais de 87 votos quando Massami Takayama tem 125 homens que trabalham sob suas ordens.

Isto significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, ele não tem prestígio nem com o seu pessoal a quem ele tem acesso, aqueles homens que devem receber ordens do Vereador, que é seu padrinho, em última instância. É uma empresa privada, 125 homens, ele teve o vexame de conseguir, apenas, 88 votos para o candidato a Deputado na ocasião, o cidadão Ítalo Tanaka.

O que eu não entendo é que, além das explicações dadas à Câmara Municipal, posteriormente, a Câmara dos Deputados através de discurso pronunciado pelo ilustre Deputado e meu amigo particular Maurício Fruet, não satisfeito com isto e querendo provocar discórdia ou talvez tentar enlamear meu nome, para o que ele tem dignidade, para isto, Massami Takayama não tem dignidade para isto, compostura para fazer isto, eis que o povo de Paranaguá julgou-me em 8 eleições consecutivas, sempre tendo sido eu, o Vereador e o Deputado, Vereador antes de ser Deputado, o mais votado em Paranaguá, então, não será esse Vereador, Massami Takayama, que vai denegrir a minha imagem!

O que ele fez posteriormente?

Encaminhou ao Deputado Nestor Baptista, o mesmo pronunciamento, lido nesta Casa na quinta-feira, o que motivou, do próprio Deputado, um requerimento pedindo que fosse endereçado ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, expediente nesse sentido, anexando aliás, xerox do pronunciamento do Vereador.

Venho repelir energicamente, porque jamais eu disse ao Deputado naquela ocasião que eu traria fatos e os trouxe hoje, vou encaminhar à Mesa.

Jamais, a minha empresa, a empresa do meu filho - TRANSMAR - teve qualquer conotação no tipo de amarração, com o pessoal do Porto. O que nós fazemos, eu quero esclarecer, é que, nós temos convênios com as empresas de navegação, empresas privadas e de domínio privado, empresas que dão a quem os queira, os serviços de amarração, no mar, não em terra, não confundir, aí é que reside a confusão. O que a empresa de meu filho faz de quando em vez, é amarrar e para isto tem que ter pessoal habilitado, mas no mar; em terra, como quer a Associação dos Amarradores, esse serviço, o que ela quer, em terra, é feito por homens exclusivamente do Porto de Para-

naguá, nunca por homens da empresa do meu filho.

Fazia-se necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estes fatos fossem narrados porque na realidade existe uma intenção maldosa, insidiosa, do Vereador Massami Takayama; ele quer atingir-me, mas não sabe como, então, lança mão de todos os ardis, de todos os recursos mas ele não consegue e não conseguirá porque eu não tenho "rabo preso" com quem quer que seja. O que acontece é que, desavisadamente, o Deputado Maurício Fruet, inicialmente, que fez suas as palavras do Vereador Massami Takayama como ele próprio diz aqui no seu discurso, o Deputado Federal abraçou uma causa que não corresponde com a realidade; antes o Deputado Maurício Fruet deveria fazer uma triagem, uma análise, uma pesquisa, para saber até onde vão os fatos que envolvem esse caso pessoal, do Vereador comigo.

Em suma: aqui está e eu vou endereçar à Mesa, a cópia da resposta que foi encaminhada ao Ministério dos Transportes em 15 de maio, e para que o Deputado que quinta-feira usou da tribuna desta Casa, se intere também, eu deixo na Mesa, à disposição de quem quer que seja.

O que eu quero dizer, finalizando, é que eu não vou medir forças morais com o Vereador Massami Takayama, que não tem dignidade, compostura suficiente para me acusar como ele vem fazendo, em Paranaguá. A mediocridade desse Vereador é tão evidente que ele não tem a mínima condição de atingir-me como já disse, e o seu prestígio, quem diz até onde vai o grau de prestígio que ele tem em Paranaguá, é o povo da minha cidade, que tem me acumulado de gentilezas, preferindo o meu nome àquele que foi em 78 adotado pelo Vereador, que conseguiu uma votação irrisória, medíocre, não chegando sequer ao número de operários que trabalham sob suas ordens.

Eu tinha apenas isso a esclarecer, vou encaminhar à Mesa, documentos que estão em meu poder e agradeço a atenção, Senhores Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença neste Plenário do Deputado Federal pelo Paraná, Deputado Álvaro Dias.

A Mesa consulta às Lideranças do PDS, do PMDB, do PP e do PTB. — (Declinam de seus horários).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 194/79, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro município dependendo de lei especial, após a comprovação dos requisitos e observância das formalidades estabelecidas nesta lei. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 194/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — A transferência de área territorial de um para outro município depende de lei especial, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — O processo de transferência, referido no artigo anterior, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, onde se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscrita por 80 (oitenta) eleitores, no mínimo, residentes ou domiciliados na respectiva área, com as firmas re-

conhecidas e atestado de residência ou domicílio, expedido por autoridade policial da localidade.

Parágrafo único — A Assembléia Legislativa poderá colher subsídios comprobatórios de que o município remanescente não perde os requisitos mínimos, exigidos pela legislação federal, para a criação de Município.

Art. 3.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras e Prefeitos dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, os quais terão prazo máximo de 30 (trinta) dias para se pronunciar, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Art. 4.º — Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta às populações interessadas.

§ 1.º — Considera-se favorável o plebiscito, se a maioria dos votantes opinar pela transferência, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos inscritos.

§ 2.º — Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º — A transferência territorial de que trata esta lei, só poderá ser feita no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal, na forma da legislação federal.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 24/81, que acresce inciso que especifica o artigo do Regimento Interno. (Comissão de Defesa do Consumidor). — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O artigo 39, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39 —
XVIII — Defesa do Consumidor.”

Art. 2.º — A Comissão de Defesa do Consumidor compete opinar sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, bem como estimular e promover iniciativas com os setores da comunidade visando o desempenho das suas atividades.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/81, (Mens. Govern. n.º 37/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, com os municípios aqui nominados, objetivando a construção e recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios adiante mencionados: Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Conselheiro Mairink, Cornélio Procópio, Itamaracá, Jacarezinho, Jataizinho, Joaquim Távora, Leopólis, Moreira Sales, Pinhalão,

Quatiguá, Rancho Alegre, Santo Antônio da Platina e Uraí, em 11/11/80, e Ibaiti, Ribeirão Claro e Ribeirão do Pinhal, em 16/12/80, objetivando a construção e ou recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 26/81, (Mens. Govern. n.º 03/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Esporte e da Cultura e os municípios aqui nominados, conforme as datas especificadas, visando aplicação de recursos na implantação de Módulos Esportivos nos referidos municípios. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os Municípios adiante mencionados: Ampère, Chopinzinho, Guaíra, Mariluz, Marmeleiro, Santa Helena, Santa Isabel do Oeste e São Jerônimo da Serra, em 30/06/80, Ivaí e Salto do Lontra, em 04/08/80, objetivando aplicação de recursos na implantação de Módulos Esportivos nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 28/81, (Mens. Govern. n.º 18/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP/162, celebrado pelo Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, com o Município de Cerro Azul, objetivando a construção e equipamento de um Mini-Posto de Saúde, na localidade de Caraguatá, no referido município. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação SELP n.º 162, celebrado em 05 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de Cerro Azul, objetivando a construção e equipamento de um Mini-Posto de Saúde, na localidade de Caraguatá, no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 29/81, (Mens. Govern. n.º 32/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos municípios, para execução do “Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 24 de fevereiro de 1981, ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Ministério dos Transportes, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União; do Estado e dos municípios, para a execução do "Programa de Transportes Alternativos para a Economia de Combustíveis."

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BUENO — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Oscar Durski Silva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ruy Lobo Regnier Barrozo, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Edeltrudes Dacheux Pereira, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à Itaipu Binacional, Furnas - Centrais Elétricas S/A, e ELETROBRÁS. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

2 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145/78 e 169/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81.

Levanta-se a sessão.